



Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1978

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Sampaio e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Hélio Manfrinato, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, a Ordem do Dia de ontem, toda e inteira, não foi objeto de consideração, em razão de clara e evidente ausência de "quorum". Consultaria à Mesa, Sr. Presidente, qual o número de Deputados que constam da ata na Ordem do Dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — 27 Srs. Deputados responderam a chamada, quando da última verificação de votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Perfeito, Sr. Presidente. Mas, há outra questão que eu gostaria de encaminhar à Mesa também. A ata aprovada ontem, Sr. Presidente, que, por certo por um lapso de redação, fez constar a presença de 54 Srs. Deputados, quando, também clara e evidentemente a Ordem do Dia não foi considerada em razão de absoluta falta de "quorum", conforme prova a matéria que se encontra na mesa. Embora a ata tivesse sido aprovada em data de ontem, parece-me que esse lapso de redação devesse ser corrigido, porque a presença da totalidade dos Srs. Deputados ofereceria, conseqüentemente, "quorum" para deliberação, deliberação que não houve. Apenas para que V. Exª determine a corrigenda na redação da ata da sessão de ante-ontem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência mandará verificar, primeiro, porque ausente da sessão de sexta-feira, a Presidência não pôde conferir prontamente ao Sr. Deputado a informação pleiteada.

Todavia, lembra que, presidindo a sessão de ontem, a ata foi aprovada sem objeção do Plenário. Não invalida todavia, o que, em questão de ordem V. Exª levanta, possa merecer real-

mente censura, desde que V. Exª se refere ao fato de que, por absoluta falta de "quorum" a matéria tenha sua votação adiada na sessão de sexta-feira, sessão a que a Presidência confessa estava ausente do plenário.

A Presidência, em respeito que tem por V. Exª e pelo Plenário, mandará levantar o problema e, durante o curso da sessão, informará V. Exª

Continua em discussão a ata. Não havendo mais quem queira discutí-la, declaro-a **Aprovada**.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 178/77, oriundo da Mensagem Governamental nº 138/77.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Srª FRANCISCA PILATTO, ocorrido ontem, na cidade de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Sebastião Pilatto, residente à rua Presidente Carlos Cavalcanti, 260, Araucária.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ HÜTNER, ocorrido ontem, na cidade de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Edinei Hütner, residente à rua Alfredo Parodi, Araucária-PR.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com o apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos da Assembléia, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO DE SOUZA FRANÇA, ocorrido em data de hoje, na cidade de Balsa Nova.

O extinto possui uma larga folha de serviços prestados à sua cidade e ao município, quer no campo econômico, onde era industrial, no campo social e esportivo, dedicando grande parte de seu tempo ao Clube Corcovado, bem como no campo político, onde exerceu o cargo de Vice-Prefeito, assumindo a direção do Executivo Municipal de Balsa Nova.

João de Souza França, irmão do Vice-Prefeito de Araucária, Antônio de Souza França, e homem de grande prestígio em

sua cidade, deixa enlutada não só a família balsanovense, mas igualmente a classe política municipal e o esporte.

Da deliberação requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, ao Prefeito de Balsa Nova e ao Vice-Prefeito de Araucária.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais, ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de congratulações pela posse do Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, no elevado cargo de Agente Regional do Instituto Brasileiro do Café, em Londrina, neste Estado.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) FRANCISCO ESCORSINI

JUSTIFICATIVA:

Com ajuda do Sr. Guilherme Braga de Abreu Pires Filho, para a administração central do IBC, no Rio de Janeiro, assumiu o cargo de Agente Regional daquele órgão, em Londrina, neste Estado, o Dr. Luiz Carlos Martins Swarça, que, até então, dirigia o SERAC, na mesma cidade, e, hoje, com a nova denominação de DACAF (Departamento de Assistência à Cafeicultura).

Esse auspicioso fato causou geral contentamento entre todos quantos militam nos setores de produção, beneficiamento, comercialização e exportação de café, porque o novo titular da Agência do IBC em Londrina, é um técnico de reconhecida capacidade e veterano no trato de assuntos cafeeiros.

Quando Chefe da Agência do IBC em Ibiporã, então com ampla jurisdição do Norte Velho, contribuiu substancialmente, para o desenvolvimento da cafeicultura naquela região, como Assaf, Amoreira, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Sapopema e outros municípios.

Conduzido à direção do SERAC, enfrentou, com firmeza e sabedoria, as graves consequências do cataclismo, provocado pelas geadas de 1975, em todos os 86 municípios jurisdicionados pelo referido órgão.

Graças à esclarecida e enérgica atuação do Dr. Luiz Carlos Martins Swarça, houve a possibilidade da recuperação dos cafezais velhos e o replantio de muitos milhões de novos pés, o que faz entrever nova era de prosperidade para o Estado do Paraná.

Estamos certos de que, em decorrência da merecida promoção para Agente Regional do IBC, o Dr. Luiz Carlos dará novo impulso à cafeicultura paranaense, não só pela sua ação eficaz junto aos produtores e comerciantes de café, mas, sobretudo, pelo seu trabalho de informação e de assistência à administração central do IBC.

Intérprete dos sentimentos do nosso povo, a Assembléia Legislativa não poderia deixar de associar-se ao regozijo ante a feliz lembrança do nome do Dr. Luiz Carlos Martins Swarça, para esse cargo de tamanha responsabilidade, e que fala tão perto aos altos interesses econômicos do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, encarecendo a criação de uma Ciretran no Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capanema, considerado o terceiro da região do Sudoeste, ainda não conta com uma circunscrição de trânsito.

Possuindo três agências bancárias, inclusive do Banco do Brasil, sendo sede de Comarca, reclama a concessão deste benefício pelas autoridades estaduais, o que representará mais um fator de progresso para a comunidade.

Com excelente arrecadação, pujante agricultura, possui em consequência, elevado número de veículos, o que por si só, justifica a justeza da reivindicação que ora se faz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. MARCOS DE ALMEIDA REGO, encarecendo a criação e instalação de uma agência daquela Caixa, no Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capanema, pelas condições de crescimento econômico e populacional que vem apresentando, ocupa destacada posição na região do sudoeste paranaense.

Confirmando isto, temos que o mesmo é o terceiro município na região, graças à sua elevada arrecadação, contando com três agências bancárias, entre elas a do Banco do Brasil.

A par disto, está incluído entre os quinhentos municípios mais desenvolvidos do País.

Por estes motivos, ressentem-se aquela comunidade, de uma agência da Caixa Econômica Federal, que, se criada, será valioso instrumento na sua marcha progressista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ex.^{mos} Srs. Drs. RENATO ANTÔNIO JOHNSON e ROBERTO AROSO CARDOSO, presidente e diretor técnico da TELEPAR, no sentido de que sejam ampliadas as redes telefônicas na Vila Santa Efigênia e Bairro da Barreirinha, que pertencem à Central Telefônica do Juvevê, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A Vila de Santa Efigênia, núcleo habitacional pertencente à COHAB-CT, possui um total de 740 casas residenciais e 120 apartamentos, e com um projeto para execução e construção de mais 400 apartamentos, o que vai totalizar 1.260 residências, isto somente no núcleo habitacional Santa Efigênia, que é uma pequena parte populacional do Bairro da Barreirinha. Uma grande parte desses moradores que ora estão se transferindo para aquele núcleo, já possuem seus telefones, estando portanto desligados ou cedidos a outras pessoas, sendo que muitos moradores adquiriram telefones, logo após a TELEPAR haver instalado aqueles que estavam aguardando a inauguração da central do Juvevê.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 26/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de um prédio de alvenaria, com dois pavimentos, situado à Praça Bom Jesus, na cidade de Palmas, cons-

tuido no lote de terreno medindo 17,70 (dezesete metros e setenta centímetros) de frente, com fundos correspondentes para a Avenida Coronel José Osório, lote este fechado de muro e gradil, com todas as benfeitorias, dividindo e confrontando: ao norte com a referida Praça Bom Jesus; ao Sul com a dita Avenida Coronel José Osório; a Leste com terrenos de propriedade de Paulo Calusen e a Oeste com terrenos pertencentes a Rutílio de Sá Ribas, conforme escritura lavrada no Cartório do Registro Geral e de Hipotecas, Tabelionato de Notas e Anexos, da Comarca de Palmas, às fls. 08 a 10, do Livro 49, de 19 de fevereiro de 1945.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende com o presente plano de lei seja doado ao Município de Palmas, refere-se ao antigo edifício do Fórum da cidade, para cujo destino a Prefeitura Municipal pretende instalar a Biblioteca Municipal e um Museu da cidade.

Atualmente, o prédio se encontra sem utilização e com a pretendida doação de muito será a sua valia para a comunidade de Palmas, mormente com relação ao seu desenvolvimento cultural.

Com isso, esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 27/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIPORÁ", com sede e foro na cidade de Ibiporá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Ibiporá, principalmente no atendimento aos excepcionais.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, submetemos à apreciação dos nobres Pares, o presente plano de lei, visando o reconhecimento público do Estado à entidade acima descrita, e que temos a certeza contará com o integral apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O anteprojeto de lei encaminhado a esta Casa, que contempla o aumento do funcionalismo civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, vem de ser questionado em razão do dispositivo constitucional emanado da reforma de abril, no qual se estabelece uma vinculação entre os vencimentos da Magistratura e dos Secretários de Estado.

O Artigo 2º desse mesmo Projeto de Lei, determina que: "os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas

do Estado e Procuradores do mesmo Tribunal, fossem fixados a partir de 1º de março de 1978, conforme Tabela do Anexo I.

Este artigo, tem sua razão de ser, em virtude do último aumento conferido à Magistratura, ao Ministério Público, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, ser datado também a partir de 1º de março de 1978.

De maneira que houve bem o Governo de fixar esta data, porque, se recuasse o aumento da Magistratura a 1º de janeiro, teriam tido eles aumentos no prazo de 10 meses, em dissonância com os demais funcionários públicos dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário, que tiveram seus aumentos fixados a partir de 1º de março de 1977.

Como, todavia, conforme bem lembrou o Deputado Muggiati Filho, decorreria uma pendência de constitucionalidade, porque, por dois meses, os Srs. Secretários de Estado estariam recebendo aumento que não se compatibilizasse com o aumento que será concedido aos membros do Poder Judiciário, resolveu o Governo do Estado do Paraná propor uma alteração que será feita através da bancada de nosso Partido, na Comissão de Constituição e Justiça, propondo que o aumento dos Srs. Secretários de Estado vigore a partir de 1º de março.

E assim decidiu ao Sr. Governador do Estado, em entendimento com a nossa bancada, porque o recuo de dois meses na concessão de aumento dos Membros da Magistratura e Ministério Público, iria onerar o Estado em cerca de 20 milhões de cruzeiros, importância que, lamentavelmente, não dispõe o Tesouro do Estado para fazer face a tais encargos.

Preferiu portanto, o Sr. Governador, onerar os seus Secretários que terão assim, um único aumento em 14 meses.

Portanto, a bancada da Aliança Renovadora Nacional, através de seus Membros, na Comissão de Constituição e Justiça, proporá emenda que determina que os Srs. Secretários de Estado terão os seus aumentos fixados a partir de 1º de março de 1978.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa nacional teve suas atenções voltadas para o Estado do Paraná, e, mais especificamente, para a cidade de Curitiba, onde o nosso povo assistiu estarecido e contristado ao seqüestro de uma professora e jornalista. Que, em seu depoimento feito aos integrantes da Comissão Justiça e Paz, da Regional Sul 2, da Conferência Regional dos Bispos do Brasil, declara ter sido torturada com choques elétricos. Declara ter tido seus olhos vendados, sua cabeça encapuçada e declara também que, quando conduzida de Curitiba para São Paulo, foi abandonada sob forte violência moral nas proximidades da cidade de Registro.

Tendo sido inclusive, ameaçada contra sua integridade física, caso ouzasse olhar para trás e verificar em que viatura estava sendo conduzida.

Mas, no seu depoimento também, Sr. Presidente, afirma ter ouvido os seus seqüestradores terem recebido e terem dado informações através de rádio instalado no seu carro. E hoje virou moda e mania que o homem de classe média, de posição mais consolidada, tenha o chamado rádio de faixa de cidadão no seu carro, o chamado "PX", sob o qual existe um controle rigorosíssimo, de forma que o usuário deste aparelho, não seguindo à risca as normas estabelecidas pelo DENTEL, tenha seu rádio e carro apreendido em poucos instantes, em poucos minutos, após ter feito uma utilização indevida.

Eu só estranho, Sr. Presidente, é que quando se observam neste País atos de terrorismo atribuídos à extrema-direita, ninguém sabe achar quem são os responsáveis. Onde estão os responsáveis pelo seqüestro de um professor, feito nas dependências da Delegacia de Ordem Política e Social? Ninguém é responsável.

Onde estão os responsáveis pelo seqüestro do Bispo de Nova Iguaçu, D. Hipólito? Até hoje ninguém sabe quem é. E para configurar a triste imagem que se faz do Paraná hoje, em todo o Brasil, já não bastasse a estiagem de 60 dias a frustrar a maior riqueza do Paraná, que é o seu setor primário; não bastasse a seqüência de falências e concordatas, que vem a mostrar uma situação de debilidade econômico-financeira do nosso Estado, vem um Secretário do Sr. Governador do Estado, ocupante do Palácio Iguaçu pelo voto unipessoal que só a democracia relativa permite, o Secretário de Segurança, General Alcindo Pereira Gonçalves, afirmar em manchete para a imprensa nacional: — eu comandaria um seqüestro.

Sr. Presidente, a que ponto chegamos, qual o nível de segurança do chefe de família, qual o nível de segurança da família paranaense nesta nossa terra?

Não basta apenas que venham comunicados de Brasília a dizer que a incomunicabilidade dos presos políticos foi quebrada. É preciso que ela seja quebrada na prática. Mas é preciso também que o responsável maior pelos destinos do Paraná o Governador do Estado, responda pelos atos do homem que responde pela Secretaria de Segurança Pública, quando ele tem a coragem e o deslante de vir a público, numa entrevista a toda a imprensa nacional, a afirmar que ele comandaria um seqüestro neste Estado. Como se o Paraná fosse terra sem lei, e como se o povo paranaense não fosse um povo que, tradicionalmente, sempre respeitou a ordem, sempre respeitou a disciplina, sempre respeitou a legislação vigente.

É preciso, Sr. Presidente, é preciso, Srs. Deputados, que nesta hora difícil porquê passamos, nesta hora em que todos os homens de bem deste Estado e deste País, desejam a volta à normalidade democrática, é preciso que as palavras não caiam, apenas, no deserto; é preciso que o sistema saiba, também, conter aqueles que procuram radicalizar, do lado de lá, que procuram criar obstáculos para que a normalidade democrática venha, finalmente, a este País.

Não há responsáveis e não há forma de encontrar os responsáveis! Invasão de uma Delegacia de Ordem Política e Social, seqüestra-se um profissional, e não há responsáveis; conduz-se uma seqüestrada de Curitiba a São Paulo, há comunicação por rádio do veículo, até São Paulo, e resposta de lá para cá, e não há responsáveis.

Tivemos dias negros de insegurança e intranquilidade, mas, o Sr. Jayme Canet Júnior, como Governador do Estado, responde também, pelos atos cometidos pelo homem que deveria ser o encarregado da segurança no Estado e, infelizmente, com esta entrevista e com esta declaração, vem criar ainda mais insegurança neste Estado em que vivemos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)—No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão de Constituição e Justiça, na verdade, como bem acentuou o eminente Líder do Governo, teve uma sessão em que a matéria tratada contou com a presença de Sua Excelência, e igualmente com a presença do Líder de nossa bancada, Deputado Enéas Faria, ocasião em que o projeto, oriundo da Mensagem 01/78, do Poder Executivo, Projeto de Lei nº 12/78, foi debatido após o relatório oferecido pelo eminente Deputado Ezequias Losso.

Naquela ocasião, ou seja, na reunião de ontem da CCJ, nos propusemos a formalizar perante o Plenário, a matéria que iremos tratar. Não queremos esconder até certo ponto, a nossa surpresa, com uma posição inesperada, adotada pelo Governo do Estado, em relação ao caso.

Consideremos que os motivos que levaram a uma formalização ao contrário do que se pretendia e do que se pretende por parte do Poder Executivo, muito embora não seja mais segredo a situação financeira dos cofres públicos, não há con-

do um argumento que pelo menos, à primeira vista, nos convenesse de mudar a nossa posição. Isso porque entendemos que os problemas não só de natureza individual, mas principalmente problemas de ordem pública, devem encontrar soluções que vissem, realmente, o seu atendimento e não o corte radical da preensão questionada.

Por isso, embora antecipadamente respondido pelo eminente Líder do Governo, Deputado Luiz Roberto Soares, passaremos a ler e a manter o apelo e a posição que entendemos justa em relação ao caso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Um litígio entre dois e até três poderes do Estado do Paraná poderá estabelecer uma questão política fácil de ser evitada.

Formalizando para o plenário desta Casa, o assunto que tivemos a oportunidade de abordar, em data de ontem, perante a Comissão de Constituição e Justiça, trazemos a matéria ao debate.

Trata-se do projeto que estabelece novos níveis de vencimentos dos servidores do Estado, o qual, em seu artigo 2º estabelece que a magistratura paranaense somente perceberá o aumento a contar do mês de março, enquanto que o Poder Executivo deverá recebê-lo a partir de janeiro, em cujo período os Secretários de Estado perceberiam vencimentos superiores aos dos magistrados.

É fácil concluir-se de que a inconstitucionalidade de tal preceito é flagrante.

Com efeito, dispõe a Constituição Federal que:

"Os vencimentos dos juizes vitalícios serão fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos não inferiores aos que percebem os Secretários de Estado, não podendo ultrapassar, porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal". (art. 144, § 4º).

Cumpra assinalar que a redação do supracitado texto constitucional é recente; constou da reforma de abril de 1977, tendo sido dada pela Emenda Constitucional nº 07.

Nem se alegue, como ocorreu da discussão da matéria da CCJ, que o ato complementar nº 30, proíbe o aumento de vencimentos antes de decorrido o prazo de um ano da última concessão, quando dispõe em seu artigo 1º:

"Nenhum aumento de vencimentos, remuneração ou salário de servidores públicos dos Estados e Municípios, inclusive das polícias militares e dos empregados de autarquias e sociedades de economia mista, poderá ser concedido antes de decorrido o prazo de um ano, contado a partir da data ou da concessão do último aumento, nem exceder à percentagem de vinte e cinco por cento".

Tal ato data de 26 de dezembro de 1966, e como se deduz facilmente de seu próprio texto, não tem aplicação ao caso vertente.

Em primeiro lugar, verifica-se que foi a Lei nº 6863, de 04 de abril de 1977, que até certo ponto conflitou com a Lei nº 6763, de 24 de dezembro de 1975, no que diz de perto à majoração dos vencimentos dos servidores estaduais, pois enquanto esta passou a vigor em 1º de janeiro de 1976, aquela surtiu seus efeitos, em relação à magistratura, a contar de 1º de março do ano seguinte.

Por outro lado, não se pode fugir aos importantes aspectos da revogação e da hierarquia das leis: lei, ordinária ou ánuia, jamais derogará a suprema. Alvarás, Decretos do Executivo, Provisões, Avisos, Regulamentos ou Portarias não extinguem leis, segundo a lição do mestre CARLOS MAXIMILIANO, que, muito a propósito, explica:

"Dá-se revogação expressa em declarando a norma especificadamente quais as prescrições que inutiliza; e não pelo

simples fato de se achar no último artigo a frase tradicional - **revogam-se as disposições em contrário**: uso inútil; superfetição, desperdício de palavras, desnecessário acréscimo. Do simples fato de se promulgar lei nova **em contrário, resulta ficar a antiga revogada**. Para que perderem tempo as Câmaras em votar mais um artigo, se o objetivo do mesmo se acha assegurado pelos anteriores? Nos textos oficiais não se inserem palavras supérfluas".

Em conclusão, a apontada inconstitucionalidade despon-ta inquestionável, visto que, até mesmo em relação ao percentual de aumento o ato complementar nº 30 se encontra de há muito revogado, por atos do próprio Governo da República.

Destarte, os membros da magistratura, sob pena de se incorrer em violação flagrante de dispositivo expresso da Carta Magna, não podem ficar sujeitos à regra estabelecida no artigo 2º do aludido projeto de lei.

A sugestão que se oferece, respeitada a urgência de que se cerca a matéria, é nò sentido de que o Poder Executivo adite sua mensagem ou concorde com emenda no sentido de se expungir da sua Proposição em exame a questionada inobservância das disposições do § 4º do art. 144, da C.F., incluindo-se os membros da magistratura ao alcance dos efeitos do art. 1º do Projeto de Lei nº 12/78. Qualquer dos dois caminhos seria correto, pois, segundo dispõe a Súmula nº 5 do Supremo Tribunal Federal, "A sanção do Projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo".

Para o caso do Poder Executivo não aditar a mensagem, as razões deste apelo servem para justificar a emenda que o acompanha.

Pede que, ouvido o Plenário, encaminhe-se o presente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO"

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 12/78

Suprimam-se do artigo 2º as palavras "da Magistratura", aditando-se ao artigo 1º o parágrafo seguinte:

"Parágrafo Único — Ficam incluídos nas disposições deste artigo, os vencimentos dos Membros da Magistratura".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO"

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar o espaço que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, líder do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Creio que não só eu, creio que não só os meus companheiros de bancada, creio que não só esta Assembléia, mas creio que o Paraná, todo e o Brasil inteiro se encontram pasmados e estarecidos diante das afirmações taxativas e categóricas do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, ao tratar do episódio das prisões e do seqüestro recentemente ocorridos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que parece e o que se torna claro e evidente, é que a prepotência, é que o arbítrio, é que o despreparo deixam cair a máscara para se mostrar por inteiro. Perdem o pudor para se deixarem despidos diante do povo todo. O que parece e que se torna claro, é que não há mais segurança, é que não há mais tranquilidade. O que parece e se torna claro, é que instalado nos órgãos oficiais, criados e mantidos pelo nosso povo, pela nossa população, pelo nosso contribuinte, lá instalado para garantir, para assegurar e para manter a segurança, os responsáveis maiores por isto, se transvestem em irresponsáveis e se erigem em próprios patrocinadores da insegurança, do desrespeito, da agressão à lei, do avilta-

mento à Justiça e ao Direito.

É este o quadro triste, negro, vexatório, que o Paraná está mostrando ao Brasil. É isto que a alma paranaense tocada ante tanta vergonha, mostra ao Brasil inteiro. De onde devia partir a segurança, se propugna e se instiga a insegurança. De onde devia partir o respeito e a garantia da lei, parte a agressão à própria Lei.

O responsável pela preservação do Código é o próprio a violentar o Código. Que triste e danoso espetáculo nós paranaenses somos obrigados e, humilhados, assistir e a ver projetar para a Nação Brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aí está hoje, na imprensa paranaense e na imprensa nacional, a entrevista do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, tratando desta questão, afirmando, confirmando, taxativa e conclusivamente, que ele próprio, o primeiro seria a desrespeitar a lei, a se tornar um criminoso, desde que suas idéias, desde que as suas teses, desde que o seu entendimento, desde que o seu interesse fosse contrariado.

Não é isso que o Paraná quer, não é isso que o Brasil deseja, não é isso que nós vamos aceitar, mudos, quietos e silêntes.

Sei, Sr. Presidente, sabemos nós, Srs. Deputados, que esta Casa tem seus trabalhos paralisados já há quase uma semana, exatamente porque se quer silêncio, exatamente porque se quer omissão, exatamente porque falta coragem, exatamente porque se falta ao cumprimento do dever, e as coisas se aprofundam, e as coisas se agravam, e esta Casa, por boa parte de sua maioria, esta Casa insiste no silêncio, na omissão, no distanciamento.

Quero comunicar à Casa, quero comunicar à bancada do Governo, quero comunicar ao Paraná, que a Oposição não falta ao seu dever; a Oposição que não se acovarda e não recua; a Oposição está a concluir estudos para adotar medidas concretas, medidas positivas, medidas graves contra o ilícito, apregoado e praticado pelo Sr. Secretário de Segurança do Estado, e o faremos já bem proximamente, e agiremos o mais imediatamente possível, porque se alguns querem, porque se o oficialismo quer que essa seja a situação que se instale e que reine em nosso Estado, não é esse o pensamento da Oposição, não é este o pensamento da grande maioria do povo paranaense, não é este o desejo da família paranaense.

E não será com a omissão, com o recuo, com a fuga, com o distanciamento que nós haveremos de instalar no Paraná, a paz, a tranquilidade, a harmonia, o império do direito da lei.

Será com atitudes viris, com atitudes corajosas, combatendo os que se afastam do direito, buscando o reencontro com a liberdade e com a democracia.

Senhores, é este o clima que esta Casa vive; é este o clima que o oficialismo vive neste Estado, irresponsavelmente, enquanto criaturas são espezinhadas, enquanto criaturas humanas são seqüestradas e violentadas, é o riso debochado que se ouve aqui. Nem mesmo o respeito à dignidade da criatura humana, nem mesmo com esse silêncio querem brindá-la. É isto, Senhores, que o oficialismo prega, é isto que o oficialismo traz para cá.

Que triste o Paraná nestes dias; que triste o Paraná que os Srs. erigiram; que triste é o Paraná que os Srs. comandam.

Não há mal que sempre dure. Haveremos de superar isso; haveremos de nos reintegrar em outros caminhos; haveremos de encontrar outros rumos.

Triste este Paraná, a começar pelo seu grande porta-voz nacional, tido, havido, bafejado, incensado como grande líder deste Estado, o homem que, no mundo oficial da Nação, fala pelo oficialismo estadual, o homem que nomeia governantes e senadores, o homem que nomeia ministros e diretores na escala nacional, o homem que se põe como todo poderoso, o dono do Paraná, responde a essa situação com duas linhas e meia de uma nota com uma determinada frase: "nada sabe, nada tem a ver com isso".

É esse o oficialismo, é essa a situação.

Fica à Casa, a comunicação que teremos de fazer, para breve, um trabalho sério, uma questão grave para resolver, para breve, para imediato, porque não mais nos predispomos a conviver com essa situação.

O Sr. Trajano Bastos — V. Exª permite um aparte? (**Assentimento**) — Ilustre Deputado, solicitei o aparte, primeiramente para me parabenizar com V. Exª pelo brilhante pronunciamento que faz na tarde de hoje, neste exato instante que este Estado vive os momentos mais tristes de sua História.

Veja V. Exª que as autoridades responsáveis pelos destinos deste País saem pela tangente, dizendo que nos atos de seqüestros e prisões ilegais feitas no Estado do Paraná, se constituem atos de rotina.

Talvez os detentores do Poder tenham razão, porque o desequilíbrio da Justiça, o terrorismo, o arbítrio, a prepotência, são atos de rotina, neste País.

Veja V. Exª o quadro triste que vive esta Nação em matéria de Justiça: enquanto o Juiz: Substituto do Estado de São Paulo reforma, escandalosamente, uma sentença que põe na rua um dos maiores assassinos que este País conhece, que é o Delegado Fleury, comandante do "Esquadrão da Morte", o Coronel Tarcísio está preso. Enquanto um está em liberdade, o outro está preso, porque discordou dos métodos de escolha do Senhor Presidente da República.

Enquanto o Capitão Sérgio, da Aeronáutica, foi cassado pelo arbítrio do AI-5, o Brigadeiro Burnier, que comandou a ação assassina no Paraná, em 68, continua em liberdade. O Capitão Sérgio foi preso, despojado de seus direitos, porque evitou que se praticasse, naquela época, um dos maiores atos de assassinio político que este País viveria.

Sabemos hoje, pela imprensa nacional, que esse Departamento da gloriosa FAB, estaria disposto a atear fogo no gasômetro do Rio de Janeiro, para que continuasse uma situação insustentável e, como seguimento, se botasse na cadeia e se torturasse as lideranças democráticas civis que ainda existiam neste País.

Veja V. Exª, Deputado Enéas Faria, o quadro triste, temeroso, que vive a Nação brasileira, hoje.

E, para espanto nosso, esta Casa — e é bom que o Paraná saiba — que quando se levanta um assunto desta magnitude, desta importância, Deputados que aqui foram trazidos pelo voto do povo, debocham, com risos injustificáveis, quando V. Exª traz à Casa problemas de importância, como os que se trata na tarde de hoje. Mas, formo com V. Exª, dias melhores virão. E este País há de conhecer as verdadeiras lideranças que um dia serão responsáveis pela segurança e pela tranquilidade da Nação Brasileira.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) — (**Faz soar os tímpanos**)

A Presidência informa ao eminente Deputado que está na tribuna, que lhe resta um minuto para concluir. A Presidência lhe concede dois, para a conclusão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, cabe-me agradecer a intervenção, que não poderia ser de outra forma, brilhante e corajosa, do eminente Deputado Trajano Bastos.

Devolvo, Sr. Presidente, dos dois, um minuto, dizendo que não encerro, estamos apenas começando.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) — A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Arena, sobre se deseja ocupar o horário reservado ao partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência tem sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria. O requerimento data do dia 20 do corrente mês. E através do qual, S. Exª pretende a inversão da Ordem do Dia, dando-se preferência para deliberação aos requerimentos com discussão encerrada, observando-se para votação dos demais a ordem de entrada à mesa. Requer mais, preferência absoluta sobre todas as matérias, as demais matérias, para deliberação do requerimento que trata sobre a Carta Aberta ao Povo, de autoria de diversas autoridades.

A Presidência acolhe o requerimento com restrições, porquanto o Artigo 103, § 1º do Regimento Interno, determina que:

"Não será admitida preferência de matéria em discussão, sobre proposição em votação".

Considerando que o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria e do Sr. Deputado Renato Bernardi, com apoio de diversos Srs. Deputados, encontra-se na forma do artigo 150 do Regimento Interno, em fase de discussão, este requerimento não poderá, portanto, ter preferência sobre as demais matérias.

Era tão somente a alusão que a Presidência pretendia fazer, ao colocar em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, em que requer inversão da Ordem do Dia, com preferência para deliberação a requerimentos com discussão encerrada na ordem de entrada à mesa.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria. — **Aprovado**.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) — Deferida a Questão de Ordem, a Presidência colocará a votação de forma inversa: 15 Srs. Deputados aprovam, 6 Srs. Deputados rejeitam; não há "quorum" para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) — Deferida a Questão de Ordem e depois de devidamente advertidos os Srs. Deputados que porventura se encontrem nas demais dependências, do anexo ou deste Plenário, o Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

(**Após soar os tímpanos o Sr. 1º Secretário procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Trinta Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA — Se não fosse, Sr. Presidente, demais, eu pediria, eu solicitaria de V. Exª, não requereria, mas encareceria que voltasse V. Exª a enunciar nominalmente os Deputados presentes ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) — A Presidência não tem porque não atender V. Exª. Solicito ao Sr. Secretário que satisfaça V. Exª, nominando os Deputados que responderam à chamada.

(**É procedida a confirmação de "quorum"**).

— A Presidência constata que não trinta, mas trinta e três Srs. Deputados responderam à chamada, sendo dezessete da Arena e dezesseis do MDB.

A Presidência solicita do Deputado Enéas Faria, que confirme se está satisfeito.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Deputado

Enéas Faria, que requer a inversão da Ordem do Dia.
O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente . . .

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu estou a redigir um requerimento à Mesa, pedindo votação nominal ao requerimento, e se V. Exª aguardasse três segundos, chegará até a Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência, tão logo receba o requerimento do Deputado Enéas Faria, colocará em votação o requerimento de S. Exª, em que requer votação nominal para, posteriormente, na forma que o Plenário decidir, colocar em votação a proposição objeto de votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, em que requer votação nominal ao seu requerimento, em que requer inversão da Ordem do Dia. Em votação o requerimento que pede votação nominal para a proposição em apreço.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

A Presidência alerta o Plenário, que a forma como está redigido o requerimento do Deputado Enéas Faria, difere do proposto por S. Exª, de forma verbal. S. Exª, requer votação nominal para os requerimentos constantes da pauta da sessão de hoje e não tão somente para o objeto em apreço.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu, contrariamente à orientação do Sr. Líder da Bancada, estava votando com o requerimento do Deputado Enéas Faria, porque entendi, perfeitamente, quando S. Exª requereu, verbalmente à Mesa, votação nominal para o seu requerimento que solicitava votação nominal para inversão da Ordem do Dia. Não para todas as matérias constantes no seu requerimento.

Eu voto favoravelmente e, à primeira proposição, votação nominal para inversão da Ordem do Dia. Sr. Presidente, eu quando voto, nesta Casa, o faço às claras, abertamente, e não precisa pedir votação nominal. O meu voto é conhecido nesta Casa.

Agora, não voto na segunda proposição, porque S. Exª requer uma coisa, verbalmente, e depois encaminha outra, completamente diversa, por escrito.

O meu voto é favorável à votação nominal para inversão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência . . .

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Por um espírito de justiça e equidade, gostaria também, de discutir o assunto, como o fez o Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-O Deputado Erondy Silvério, tanto quanto a Presidência, entendeu que V. Exª requeria votação nominal para o requerimento de sua autoria, apresentado na sessão de ontem. E portanto, fez S. Exª o reparo que a Presidência havia feito antes de tomar os votos do Plenário, para que o Plenário votasse esclarecido, do teor do requerimento apresentado, e a Presidência, eminente Deputado Líder do MDB, regimentalmente, tem que esclarecer. O requerimento, objeto de votação, independe de discussão. A Presidência poderá lhe conferir a palavra por uma questão de ordem, desde que V. Exª esteja, regimentalmente, apoiado, para discutir o requerimento, a Presidência não poderia . . .

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Como me sinto ferido nas minhas prerrogativas, Sr. Presidente, indagaria da Mesa, que tipo de distinção existe entre esse ou aquele Deputado?

Que tipo de prerrogativa tem esse Deputado, que aquele não tem?

Por que pode um Deputado discutir, aventando ou rotulando de questão de ordem, qualquer assunto, e o outro não pode fazer?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência responde à questão de ordem de V. Exª, posicionando o Sr. Deputado Erondy Silvério, que, em nenhum instante feriu o Regimento Interno, esclarecendo que pretendia estar votando favoravelmente ao requerimento de V. Exª, e que se requeria no entendimento de S. Exª, votação nominal para o seu requerimento.

Todavia, a redação posta no requerimento encaminhado à Mesa por V. Exª, requer votação nominal para todos os requerimentos constantes da pauta da sessão de hoje.

S. Exª quis tão somente um esclarecimento da Presidência, e a Presidência o fez. Devolve a Presidência a palavra, na questão de ordem, a V. Exª.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, devo entender e entendo, não é só o Deputado Erondy Silvério, como todos os demais briosos Deputados da Arena, como homens corajosos, como homens de posição e que, portanto, votam aberta e claramente. Homens que tomam as suas posições, sejam lá quais forem.

A minha preocupação não é saber como vota o Deputado Erondy Silvério ou como vota qualquer um dos Srs. Deputados da Arena. Porque, aliás, nós já conhecemos de sobejo, como votam, quais suas posições, qual seus entendimento. Nós sabemos qual o caminho que S. Exª tinha tocado, portanto, não haveria necessidade desse pedido de verificação de votação, por esta razão.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é que algumas coisas estranhas estão ocorrendo. Hoje, ao início da sessão, levantei questão com relação à Ata de sexta-feira, que conferia presença para totalidade da Casa, embora não houvesse "quorum" para se deliberar, como não se deliberou.

Se faz uma chamada, Sr. Presidente, para verificação de "quorum", se verifica o "quorum" e enquanto a chamada é procedida e os Srs. Deputados vão respondendo, eu vejo — e assim de relance agora, aqui tão só, que pelo menos dois dos Srs. Deputados cujos nomes constam como presentes, não se encontram na Casa.

Preferiria não citá-los. Mas é fácil, para V. Exª, até claro, aí de cima, verificar tudo isso. O que queria era corrigir estas distorções, que vêm ocorrendo com frequência. E é preciso que as coisas sejam levadas com seriedade.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência, na salvaguarda do bom nome deste Poder, e de resto, pretendendo salvaguardar o bom nome dos Parlamentares presentes a esta sessão, realmente mandou que o Sr. 1º Secretário conferisse e visualmente procurasse localizar a discrepância entre a relação das presenças conferidas aos Srs. Deputados e a ausência de dois Srs. Deputados. Quer me parecer, salvo injustiça, que a Presidência involuntariamente possa cometer, de que duas presenças foram conferidas a dois Srs. Deputados que estão ausentes do Plenário. E mandando conferir os dois terão expungidas da relação de presença, a anotação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Sr. Deputado, eu confiro a palavra anteriormente solicitada - peço escusas ao Sr. Deputado Enéas Faria — ao Líder da Arena, que havia solicitado para falar em questão de ordem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A rigor, Sr. Presidente, a minha questão de ordem já teria perdido o objeto. Eu apenas queria chamar a atenção da Mesa, de que a pretensa questão de ordem levantada pelo Deputado Enéas Faria, era uma mera tergiversação para ganhar tempo. E pediria à Mesa que

desde logo pusesse em votação o que está para ser apreciado.
O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. . .

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-V. Exª decline o número do dispositivo regimental que a Presidência estava infringindo, para levantar a questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente, Sr. Presidente, e imediatamente, assim que V. Exª, tão bem cercado de populosa assessoria, permitir que um deles me traga o Regimento Interno, eu poderei declinar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência deseja saber se o eminente Deputado pretende que a Presidência retarde a continuação dos trabalhos, ou se V. Exª tem realmente alguma sanção a fazer.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu tenho uma sugestão a V. Exª que me parece o mais correto. Se V. Exª, Sr. Presidente, de relance e visualmente, numa panorâmica, constata que houve lapso na verificação de "quorum", com relação a dois Deputados, e terão três ou terão quatro . . .

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência não fala por meias palavras. A Presidência verificou que foram anotadas as presenças dos Deputados Nilso Sguarezi e Valter Pietrângelo, e que ambos não se encontram no plenário.

A Presidência, auxiliada pelo Sr. 1º Secretário, acha que deve ter havido engano na anotação.

A Presidência encerra as questões de ordem a não ser que algum dos Srs. Deputados indique qual o comportamento antiregimental adotado pela Presidência, do contrário a Presidência colocará a matéria em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Com a palavra, para uma questão de ordem, ao Sr. Líder do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Para requerer verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência atende, e o último ato conferido pela Mesa foi a chamada nominal para constatação de "quorum". Realizada a chamada nominal, constatou-se "quorum" para a realização dos trabalhos. A Presidência coloca em votação o requerimento do Deputado Enéas Faria, fazendo a seguir verificação de votação para constatação de "quorum".

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, em que requer votação nominal para os requerimentos constantes da pauta da sessão de hoje.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permanecem como estão. — Rejeitado o requerimento.

Requerido pelo Sr. Deputado Enéas Faria, a Presidência fará verificação de votação e, regimentalmente, colocará a matéria de forma inversa.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, em que requer votação nominal.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam. 16 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem)-Sr. Presidente, 16 Srs. Deputados votaram pelo requerimento do Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência conferiu, assessorada pelo Sr. Deputado Lúcio Machado, que se encontra respondendo pela 1ª Secretaria, e invalida a questão de ordem de V. Exª. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, existem 16 Srs. Deputados que votaram a favor da proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência volta a colocar a matéria em votação. Apenas para, em respeito ao Plenário, em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, que pede votação nominal.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. 15 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 17 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o requerimento.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, em que requer inversão da Ordem do Dia, dando-se preferência para deliberação ao requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência pede desculpas. Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

A Presidência, por falta de som no microfone de V. Exª não se ateve ao número do artigo do Regimento Interno.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para uma declaração de voto e uma questão de ordem relativa à matéria. Considero matéria vencida a que está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-A Presidência verificará se regimentalmente V. Exª tem razão. A Presidência deixa de acolher questão de Ordem de V. Exª. Art. 152, (Lê): "É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à mesa simples declaração escrita de voto". Lamenta a Presidência, e, regimentalmente, deixa de ouvir na palavra sempre esclarecida, o pedido de V. Exª.

O SR. MUGGIATI FILHO — Artigo 135 — 5º O Deputado tem o direito de requerer verbalmente para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-V. Exª se refere agora ao art. 135, inciso 5º?

O SR. MUGGIATI FILHO — Artigo 132, inciso 5.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) 132, inciso 5º. A Presidência volta a contrariar V. Exª.

O Art. 132 trata das proposições que estão sujeitas a despacho do Presidente, e independem de apoio preliminar, discussão e votação, os requerimentos verbais, que solicitam a inserção de declaração de voto em Ata. Não é o caso, Sr. Deputado.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, que requer inversão da Ordem do Dia.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, o Artigo 132, que regula a matéria. A declaração de voto pode ser feita oralmente. V. Exª há de convir que esta matéria está plenamente convencionada pelo uso costumeiro da Casa: as declarações de voto podem ser feitas verbalmente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni)-Eminente Deputado, a Presidência esclarece que não é prepotente.

Diz o art. 152 do Regimento Interno: "É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto".

O dispositivo invocado por V. Exª, Art. 132:

"Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem. . .", no caso de V. Exª; "V — a inserção de declaração de voto em ata". Desde que recebido pela Presidência, será, regimentalmente, deferido, e de ofício, mandado inserir na ata dos trabalhos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Se o Regimento interno proíbe a discussão de matéria vencida, com muito mais expressão, com muito mais clareza, ele não pode permitir que uma matéria votada seja novamente posta em votação.

Esse é o nosso ponto de vista.

V. Exª Sr. Presidente, não estava presente quando esse mesmo requerimento que está sendo votado, foi votado.

E eu queria apenas declarar, em ata, o meu voto. Mas se V. Exª não permite que faça minha declaração, eu me conformo com a decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Não é a Presidência que não permite, é o Regimento Interno.

A Presidência lamenta, profundamente, que o Plenário não tenha oportunidade de ouvir a declaração de voto de V. Ex^a que sabemos seria brilhante.

Todavia, a Presidência tem que se ater ao Regimento Interno.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, que pede inversão da Ordem do Dia. — **Aprovado por unanimidade.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Enio Pipino, Presidente da Colonizadora SINOP S/A, publicado no jornal "O Estado do Paraná".

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Com a palavra, V. Ex^a para questão de ordem, Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — A Casa, Sr. Presidente, me parece, não conhece as declarações ou a matéria com relação ao Sr. Pipino. Seria portanto, Sr. Presidente, de bom alvitre, que a Casa pudesse tomar conhecimento do teor do que se pede seja transcrito nos Anais.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência tão somente consulta o Sr. Deputado Ernesto Gnoato, desde que não tem lembrança a Presidência, se o artigo foi lido ou deixou de ser lido da tribuna, para conhecimento dos Srs. Deputados.

O SR. ERNESTO GNOATO — Deixou de ser lido da tribuna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende e determina ao Sr. 1º Secretário que faça a leitura do artigo em apreço.

A Presidência, na ausência de óculos do Sr. 2º Secretário, fará o possível e o esforço para dar conhecimento à Casa do teor do artigo "Pipino fala da colonização".

(Lê o artigo).

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato. — **Aprovado. (O artigo acha-se publicado no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Segurança Pública e da Administração, encarecendo-lhes seja aumentada a quota da gasolina destinada à Delegacia de Polícia de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a aceleração da conclusão das obras de pavimentação da rodovia que liga Palotina a Terra Roxa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe seja complementada a mensagem pela qual se propõe reajuste de vencimentos aos funcionários públicos estaduais, fixando-se o salário-família nas mesmas bases do reajuste dos servidores federais. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Deferida. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). 14 Srs. Deputados aprovam, 17 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante de expediente de sessão anterior, com sua

discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio a esta Casa, do Estatuto do Pessoal Fiso-Arrecadador, da Coordenação da Receita do Estado. Em votação. Rejeitado o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Para requerer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

Chama a atenção dos Srs. Deputados para a forma inversa regimental.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). 15 Srs. Deputados aprovam, 16 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretores das Autarquias Municipais, no sentido de que reconheçam as Associações de Moradores existentes nos núcleos habitacionais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de pedido de informações, com referência à aquisição de três trailers. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações a respeito de denúncias de corrupção policial. — **Rejeitado.**

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Líder do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu requereria verificação de votação e encareceria de V. Ex^a a leitura do requerimento, apesar de já ter sido lida a súmula.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende, o que, em questão de ordem, requer o Deputado Líder do MDB.

(Lê o requerimento).

Em votação o requerimento, de forma inversa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer à Casa, principalmente à bancada do MDB, que esta Liderança já passou às mãos do eminente Deputado Nilso Sguarezi, todas as respostas contidas no seu requerimento.

Deixa de aprová-lo, exclusivamente porque entende que esta não é a forma mais adequada para levantar problemas de ordem policial. Todavia, o Deputado Nilso Sguarezi já tem em mãos documentos relativos ao seu pedido, constantes deste requerimento. E, em conversa pessoal com S. Ex^a o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, entendeu-se de bom alvitre, que se mantivesse dentro de um mínimo de sigilo para não perturbar-se o andamento do processo.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, para encaminhamento de votação, concede a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente. Eu não entendo, exatamente essa posição adotada pela Bancada oficialista com assento nesta Casa. Corre à boca pequena, e corre à boca grande, em todo o Paraná, em todas as regiões do Paraná, as

as denúncias as mais violentas, as mais escabrosas, quando se fala de corrupção no aparelho policial do Estado. Este caso rumoroso de que trata o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, envolvendo pessoas da alta sociedade do nosso Estado, viria, exatamente, dar uma oportunidade ao Poder Legislativo de tentar pegar o fio da meada, porque não é o caso Lemanski, apenas, que está em jogo. É o caso de um Secretário de Segurança Pública que vem gerar a intranquilidade no Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência pede desculpas ao nobre Deputado, porque regimentalmente lhe foi solicitado e não poderia deixar de fazê-lo. Estão sendo convocados para ocuparem a 1ª e 2ª Secretarias, respectivamente, dos trabalhos desta sessão, os Deputados Quielise Crisóstomo e José Domingos Scarpellini.

A Presidência pede excusas ao eminente Deputado Renato Bernardi, pela intervenção.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, esta seria então a oportunidade, porque não é apenas este caso que está em jogo. Mas o que a gente sente na prática, é como homens do interior, que corremos lado a lado, a opinião pública inteira do Paraná, está hoje com seus olhos voltados ao "affair" policial de que trata o requerimento do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Quantas e quantas denúncias temos recebido. Mas exatamente o cidadão que faz a denúncia, nunca se sente seguro em formalizá-la por escrito, e assiná-la. Ainda mais nesse estado de coisas, Sr. Presidente, quando o próprio Secretário de Segurança Pública declara à imprensa do Paraná e do Brasil, que ele comandaria qualquer seqüestro. E então, Sr. Presidente, seria a hora deste Poder, colher, pela aprovação deste requerimento, essas informações formuladas para que esta Casa pudesse, afinal, reunir ainda mais subsídios para outros fatos que aí estão a denegrir a imagem da segurança pública do Estado, e a mostrar que efetivamente, se nesse Estado temos muitas bençãos de Deus, não temos nenhuma segurança para nossas famílias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Ainda atendendo o requerimento de verificação e de votação de forma inversa, a Presidência coloca esses em votação à consideração dos Srs. Deputados, o requerimento do Sr. Deputado Nilso Romeu Sguarezi, consubstanciado em pedido de informações, dirigido à Secretaria de Segurança Pública, a respeito das denúncias de corrupção policial. Encareço dos eminentes e ilustres Srs. Deputados, tomem os seus devidos lugares, para possibilitar à Presidência conferir os votos favoráveis e contrários à matéria.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o eminente Líder da Arena, informa que teria passado às mãos do autor do requerimento, as informações solicitadas no expediente.

De outro lado, Sr. Presidente, não se encontra presente o Deputado autor. Impede o Regimento que outro tome atitude e nem ético seria, Sr. Presidente, seria de bom alvitre, requerer e eu o faço a V. Exª, no sentido de que se suspenda a votação desse requerimento, por três sessões, para que possamos analisar junto com o autor, as informações encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja ser, para com V. Exª, o mais democrático possível.

V. Exª dispõe de recurso regimental. Poderá encaminhar, por escrito, à mesa, requerimento solicitando adiamento da matéria por três sessões.

A Presidência regimental e forçosamente, deixará de acolher o requerimento de retirada da pauta, porquanto só é permitido ao Deputado autor da matéria.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Eu parto do pressuposto e acredito legítimo o que o nobre Líder do MDB tinha mandato para tal, outorgado pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi. E manifesto acolhimento da solicitação por parte da bancada da Arena.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamentavelmente terá

de corrigir-se a si própria. Artigo 177, do Regimento Interno: "Durante a discussão de uma proposição, qualquer Deputado poderá requerer o adiamento de sua votação, que só será concedido por prazo devidamente fixado."

Parágrafo Único: — Os projetos de prorrogação ou de adiamento de sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes, não admitirão adiamento de votação."

A Presidência colocará em votação o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 12 Srs. Deputados aprovam. 18 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, em forma de apelo, no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no Distrito de Bela Vista do Ivaí, no Município de Fênix. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, consubstanciado em sugestão, visando seja procedido o reexame da decisão que estabeleceu em 80 quilômetros horários o atual limite e único de velocidades nas rodovias do País, para o fim de se fixar velocidades diferentes, para caminhões, ônibus, demais veículos e motocicletas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente à Secretaria das Finanças, em forma de pedido de informações, com referência à arrecadação do ICM no ano passado, bem como a previsão de arrecadação para o corrente exercício — Rejeitado o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende e fará regimentalmente verificação de votação, colocando a matéria de forma inversa, à consideração do Plenário. Volto a encarecer dos Srs. Deputados, para que tomem seus lugares, para viabilizar a conferência dos votos.

A Presidência registra, com satisfação, neste Plenário, a presença, além do Sr. Deputado Federal Fernando Gama, de S. Exª o Sr. Senador da República, Leite Chaves.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). 12 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 17 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a instalação de um mono-canal telefônico no Distrito de Altamira, Município de Palmítal. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao DNER, em forma de apelo, no sentido de que informem sobre a situação em que se encontram os projetos para asfaltamento das estradas que ligam Goioerê a Iporã, passando por Alto Piquiri e Umuarama a Icaraíma. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, e outros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor da entrevista concedida à imprensa do Brasil, pelo Ten. Cel. Tarcísio Nunes Ferreira, bem como prestar por parte deste Poder Legislativo, um voto de solidariedade às

idéias esposadas naquela entrevista. — Rejeitado.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. (É feita a verificação de votação) — (Pausa)

14 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Secretário das Finanças, Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais de todos os municípios paranaenses e demais autoridades, alertando-lhes sobre a vigência da Lei Federal n.º 6.463, que trata da venda à prazo nos estabelecimentos comerciais. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Curitiba Especial — O Lento e Gradual Processo de Desvitalização do Barnabé", publicado na edição de 09 de março p., no jornal "Folha de Londrina". — Aprovado. (O artigo a ser transcrito acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo providências relativas ao Aeroporto de Ivaiporã, bem como do Grupo Escolar Barão do Cerro Azul e Posto de Puericultura daquela cidade. — Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. Será feita a verificação de votação.

16 Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações, sobre qual o montante de cadernos a serem distribuídos no atual período e demais itens.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Quero lembrar à Mesa que há requerimento de preferência aprovado para os requerimentos com discussão encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência verificará.

Houve, realmente, um lapso na colocação da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encaminhando fotocópias apresentadas pela COPEL, referente ao consumidor residente na Vila Oficinas. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, contendo voto de protesto pela forma discriminatória, adotada pela ACARPA na elaboração da programação artística que será apresentada por ocasião da Exposição de Gado Leiteiro, no Parque Castelo Branco. — Em votação.

— Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, que a ACARPA não existe mais como órgão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expedientes à Secretaria da Agricultura e Direção Regional do Banco do Brasil, visando a constituição de uma Comissão Mista Especial, para proceder sindicância na agência da COPASA, em Barbosa Ferraz. — Rejeitado.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende, fará verificação de votação. Solicita dos Srs. Deputados, por favor, atenção. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. 19 Srs. Deputados rejeitam. 15 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações pela visita que faz o Sr. Presidente da República à Alemanha. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã", com sede e foro na cidade de Ivaiporã. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, há, ou havia, requerimentos com relação ao pronunciamento do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira. Dois foram encaminhados — um requerimento, de transcrição, nos Anais, deste pronunciamento, e que a maioria governista rejeitou; outro, solicitava solidariedade às idéias defendidas no pronunciamento daquele Coronel, e que ainda não vimos anunciados por V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência quer informar a V. Ex.ª, eminente Deputado, que o que tem sobre a mesa, e na faixa de inversão requerida por V. Ex.ª estaríamos com fase de votação, desde que as duas matérias constantes do Avulso da Ordem do Dia já estão com discussão encerrada na sessão anterior, possui requerimentos em que, se dê transcrição nos Anais da Casa, da Carta Aberta ao Povo — Maurício Fruet...

O SR. ENÉAS FARIA — Quer dizer, Sr. Presidente, que este, ainda está em fase de discussão?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeitamente. Será votado, tão logo se esgote a matéria em fase de votação que já está com discussão encerrada. Imediatamente a Presidência colocará o primeiro que está na ordem de inversão.

O SR. ENÉAS FARIA — A Carta ao Povo, é outro posicionamento democrático que estamos propondo. Há um, anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Enquanto se vota esta matéria, a Assessoria da Mesa procurará...

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, insistiria que se mantivesse preferência já aprovada pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Ex.ª:

Sobre a mesa, pendente de deliberação de Plenário não existe outra matéria que trate do assunto em tela, ou, focalizando por V. Ex.ª.

Se V. Ex.ª lembrar o dia de entrada à mesa, será fácil a conferência no livro de protocolo da mesa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, é que nós andamos tão atrasados nos nossos trabalhos de deliberação, que eu não posso me fixar mais. Mas com toda certeza, existiriam dois requerimentos. Um, a Casa, pela maioria, rejeitou há pouco, o que

solicitava transcrição, nos Anais, de um pronunciamento. Outro, requerimento posterior, dois ou três dias após, pretendia a solidariedade às idéias manifestadas naquele pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa: um requerimento, data de 13 de março, que requer a transcrição da entrevista concedida à imprensa nacional, pelo Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, e que foi rejeitado pela maioria, na sessão presente.

A Presidência já está dando busca para verificar se houve deliberação sobre outra matéria que pudesse conter votos de aplausos ao militar em apreço, ou melhor, de solidariedade às idéias.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o requerimento que havíamos encaminhado à Casa, com o endosso de um grande número de Deputados, pretendia a solidariedade deste Poder Legislativo, às idéias manifestadas por um militar que, em essência, Sr. Presidente, propunham e propõem, a luta pela democracia, pelo respeito à lei, pelo respeito à justiça, pelo respeito ao direito.

Veja agora, Sr. Presidente, que se trata de requerimento que a ARENA acaba de derrubar, há instantes atrás.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 2.^a discussão do Projeto de Lei n.º 146/77, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho; em votação. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do INCRA no Paraná — ASSINCRA, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

A Presidência tem sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria que requer votação nominal para o requerimento que propõe solidariedade às posições colocadas na Carta Aberta ao Povo — da Comissão de Justiça e Paz que será colocada em discussão pela Presidência.

Em votação. Rejeitado o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). A Presidência defere o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria para verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Dezesseis Senhores Deputados aprovam e dezoito Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a compactação das pedras que foram colocadas na estrada Assis Chateaubriand-Cascavel, as quais, por serem excessivamente graúdas cortam os pneus dos veículos pesados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria e diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Carta Aberta ao Povo", de autoria da Comissão de Justiça e Paz, da Cúria Metropolitana de Curitiba, e outras entidades, bem como requerem voto de solidariedade com o posicionamento adotados no referido documento. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Senhor Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Deputado Enéas Faria para encaminhar a votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Senhor Presidente, sobre esse documento já se falou nesta Casa. Sobre esse documento já se falou em todas as Igrejas do Paraná, sobre esse documento já se falou em toda imprensa do Paraná e do Brasil.

Senhor Presidente, o que se propõe e o que se quer, Sr. Presidente, não é estarmos aqui a medir posição, não é estarmos aqui a medir número, estarmos aqui a medir quantidade. O que se quer, Sr. Presidente, e o que se propõe, é que esta Casa, pela sua importância e sua soberania, pelo relevo que tem as coisas do Paraná, esta Casa, Sr. Presidente, encaminhe a sua solidariedade à luta fraterna e cristã, que a Igreja do Paraná, que os Bispos da Arquidiocese de Curitiba estão indicando, estão lutando, estão combatendo, como combatendo nós estamos, como certamente combatendo estarão os homens da Aliança Renovadora Nacional, como por certo, juntos neste combate, estão os homens do Brasil inteiro que querem ver esta Pátria se reencontrando com a paz, com a justiça e com a harmonia, Senhor Presidente.

Não dirijo um apelo, apenas deixo o esclarecimento no sentido que se quer, tão só, embasar com o nosso posicionamento, o trabalho que realiza a hierarquia da Igreja Católica no Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, a bancada da Aliança Renovadora Nacional, nesta Assembléia, há poucos instantes rejeitou requerimento de autoria de Deputado do MDB, em que de uma maneira direta, se solidarizavam com o Cel. Tarcísio e, o fez...

O Sr. Enéas Faria — ... para que os Anais registrem, Deputado, quais as idéias expendidas por aquele coronel.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Ou com as idéias expendidas por aquele coronel, como quer o eminente Líder do MDB, e o fez porque entende que o citado coronel já envolvido em vezes anteriores em manobras golpistas, porque o homem identificado com o pensamento do ex-Ministro do Exército Sílvio Frota, cujo pensamento ficou expresso e manifesto à Nação e também expresso ficou a postura, visceralmente, anti-democrática constante do pensamento do ex-Ministro.

O Cel. Tarcísio, designado para o posto pelo ex-Ministro do Exército, é um democrata de última hora. Disse bem a revista ISTO É, no seu número de ontem, que equivocaram-se, o MDB e suas lideranças. Equivocou-se...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Tenho a impressão que o nobre Deputado está inteiramente equivocado; se discutisse S. Ex.^a sobre padres, ele estaria certo; mas, está discutindo sobre militares. Eu quero saber se o requerimento envolve padres, ou militares. Se estiver a envolver militares, eu pretendo também discutir este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, regimentalmente, deixa de acolher questão de ordem porquanto não vem embasado com respaldo regimental.

Solicita que o eminente Deputado Luiz Roberto Soares continue com a palavra, não podendo tolher S. Ex.^a a argumentação e possa, ao final, representar argumentos suficientes para justificar o posicionamento seu e de sua bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Obrigado.

Eu estava a discorrer sobre a posição de nossa bancada, na Assembléia, dizendo que votou contra solidariedade às idéias do Cel. Tarcísio, porque este coronel é um democrata de última hora, já envolvido em vezes anteriores em manobras golpistas. Designado para ocupar o posto por um ex-Ministro comprometido com idéias fascistóides, não poderia, evidentemente, a minha bancada e eu próprio, dar assentimento a tal pretensão.

Além desse coronel, outros estão surgindo, envolvidos em episódios negros da História Brasileira, quando pretendiam fe-

char o Congresso e tomar as medidas mais radicais, pretendendo a instalação de uma ditadura de direita no País.

Nós sabemos e reconhecemos que o Presidente Geisel é um democrata convicto, apenas sabe que há condicionantes histórica, sociológicas e econômicas, para a implantação de uma efetiva democracia.

No entanto, a nossa bancada, acolherá o requerimento em tela, porque nós também estamos solidários, já deixei manifesto em pronunciamento, na tarde de ontem, nós também estamos solidários com toda a ação que visa preservar a segurança dos cidadãos brasileiros, já me manifestei e a minha bancada me autorizou para tanto, contra seqüestros estranhos que estejam ocorrendo e já oficiamos ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Justiça, Armando Falcão, para que tome providências sobre o caso.

Votaremos favoravelmente à transcrição nos Anais, do requerimento ora em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta, V. Ex.^a.

Regimentalmente já encaminhou a votação desse requerimento. E a Presidência não pode voltar a lhe conceder a palavra.

Em votação.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, tenho para mim a honra de conceder a palavra ao Sr. Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, agradeço inclusive a atitude do nobre líder Luiz Roberto Soares, votando favoravelmente ao requerimento de iniciativa de Deputados do meu Partido.

Mas devo declarar que não me agradou a premissa levantada por S. Ex.^a discordando inteiramente das idéias democráticas e liberais e civilistas, por excelência, do Tenente-Coronel Tarcísio Ferreira.

Daí porque, dizia eu, a V. Ex.^a, se o requerimento estava envolvendo padres ou militares, porque S. Ex.^a aproveitou a oportunidade para fazer críticas a um ilustre militar que só deseja o que a Nação Brasileira quer, e está a exigir no momento, inclusive por intermédio de seus ilustres militares?

É isto que deve ser dito no recinto desta Assembléia. E eu faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque declaro de viva voz que hoje neste pobre País respeita-se muito mais o Regulamento que a Lei Maior, que a Lei Magna, da Nação Brasileira.

Hoje, Sr. Presidente, respeita-se o R.D.E., o Regulamento de Disciplina do Exército, muito mais do que a Constituição Brasileira. Militares podem falar sobre política. Falaram os Generais — e os Generais podem, baseados neste regulamento. Mas os militares subalternos, não podem. Então, onde é que está a ordem jurídica a presidir este Regulamento? A Constituição, não. A Constituição, esta sim, nela está inserida uma norma de Direito Universal; — "Todos são iguais, perante a Lei". Nesse Regulamento há desigualdade. Os generais podem; os coronéis, não.

Por isso, Sr. Presidente, eu declaro de viva voz rebatendo o que foi dito, a respeito das idéias desse ilustre militar, que eu o considero acima de militar, um brasileiro, um verdadeiro brasileiro, brasileiro que quer o retorno desta Pátria ao seu verdadeiro estado de direito. E por isso eu me solidarizo solenemente e entusiasmado até, com as suas idéias, sejam quais forem as conseqüências. Porque eu respeito muito mais a Constituição Brasileira, que ainda está, apesar de tudo, a presidir esta Nação, do que um simples regulamento de disciplina do Exército. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento.

Encabeçando as assinaturas de diferentes Srs. Deputados, dos Srs. Enéas Faria e Renato Bernardi.

Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. — (Pausa). — **Aprovado.** (O artigo a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Francisca Pilatto, ocorrido na cidade de Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Hütner, ocorrido na cidade de Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 178/77. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de uma CIRETRAN no Município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, objetivando a criação e instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da TELEPAR e Diretor Técnico de Desenvolvimento do mesmo órgão, visando a ampliação da rede telefônica na Vila Efigênia e Bairro da Barreirinha, que pertencem à central telefônica do Juvevê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João de Souza França, ocorrido em Balsa Nova. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse do Doutor Luiz Carlos Martins Swarça, no elevado cargo de Agente Regional do IBC, em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Poder Executivo para remoção de empeco constitucional ao Projeto de Lei n.º 12/78, Mensagem Governamental 1/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, pedido de informações com referência sobre qual o montante de cadernos a serem distribuídos no atual período escolar. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir.

Na realidade, é visível a pretensão do nobre Deputado Adalberto Daros, pretendendo de alguma maneira insinuar que a Secretaria da Educação e Cultura estaria a patrocinar candidaturas de homens ligados à ARENA.

Todavia, eu informo ao eminente Deputado de que os cadernos distribuídos pela SEC foram gratuitamente, e recebidos por doação por uma determinada empresa, cujo nome não me lembro, e evidentemente, não poderia a Secretaria da Educação recusar, e nem deveria porque recusar, a distribuição gratuita de tais cadernos que até de uma maneira bastante eficiente, vem contribuir para a dotação de materiais escolares nas escolas paranaenses.

Além do mais, a figura do Ministro da Educação não importa em qualquer implicação de ordem política, porque é até

matéria curricular de educação moral e cívica que todos os alunos saibam o nome do Ministro da Educação. Não há, portanto, o que esconder, da parte da SEC e espero que esta minha explicação seja satisfatória aos intentos do eminente Deputado Adalberto Daros.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — Continua em discussão o requerimento do nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, como é sempre bom ouvir o eminente Líder da ARENA, ouvimos as suas palavras, mas, S. Ex.^a, na forma regimental, pediu para discutir o requerimento. Em assim fazendo, tem esse requerimento a sua apreciação transferida para a sessão imediatamente posterior.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — Eu tenho a informar a V. Ex.^a que foi adiada a discussão na forma do artigo 150, do Regimento Interno em 8 de março de 1978. Portanto hoje deverá ser discutido e votado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, este requerimento, no início da Ordem do Dia, foi trazido à consideração e o Presidente, no momento dirigindo os trabalhos, Ivo Thomazoni, informou à Casa que não tinha sua discussão encerrada, razão porque ficou ele para o final, uma vez que havia também um requerimento de preferência para que todos os requerimentos com discussão encerrada fossem deliberados anteriormente.

O Sr. Presidente informou que não sofrera discussão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Ex.^a, com respaldo no artigo 150 do Regimento Interno. "Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito à discussão, será esta adiada para depois-última da matéria constante do dia seguinte".

Ocorreu que V. Ex.^a requereu a princípio da sessão, inversão da Ordem do Dia, com preferência específica para o requerimento de solidariedade à Carta de Comissão de Justiça e Paz, regimentalmente, este pedido de informações que ainda estava sujeito à discussão, teria que, obedientemente ao artigo 150, ser o último constante da Ordem do Dia.

Razão pela qual só agora aflora à consideração do Plenário para discussão e votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, Sr. Presidente, já que desabrochou neste instante este requerimento, quero dizer a V. Ex.^a que as palavras da ARENA nos trazem também a ponderação de um fato que merece ser ponderado. É um presente interessante que recebe o Estado do Paraná. E, portanto, desejar, requerer verificação de votação para esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros. Em votação.

Aprovado o requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e colocará de forma inversa.

(É feita a verificação).

10 Srs. Deputados aprovam. 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação e para continuidade dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 128/77, 143 e 133/77.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/77.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/77.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERNESTO GNOATO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 1978.

"PIPINO FALA DE COLONIZAÇÃO

Tendo formado 18 cidades no Norte do Paraná, em 25 anos; 3 cidades no Mato Grosso Norte, em 5 anos e iniciados os trabalhos de uma quarta, Ênio Pipino, diretor presidente da Colonizadora Sinop S/A., participou, ontem, em Porto Alegre, de painel "Colonização", no Simpósio "Governo e Iniciativa Privada, na Amazônia: Resultados Sócio-Econômicos", na sede do Iperges, atendendo ao convite da Sudam.

Historiando os trabalhos de sua empresa, disse que, na parte norte paranaense, durante um quarto de século, colonizou 120 mil alqueires, construindo cidades, como Iporã, Terra Rica, Formosa D'Oeste, Ubitatã, Iolanda, Cafezal e outras, que aglutinam, presentemente, uma população de cerca de 350 mil pessoas. Em 5 anos, no Mato Grosso Norte, "plantou" 3 cidades e está formando uma quarta, numa área de 200 mil alqueires, tendo entregue 80% das terras a colonos.

INTERESSE

A evidência dessa velocidade empresarial, nessas comparações entre o Norte paranaense e o Mato Grosso Norte, onde estamos colonizando a Gleba "Celeste" — disse Ênio Pipino — se deve, fundamentalmente, a dois fatores:

- 1) — o interesse brasileiro em ocupar as imensidões amazônicas e
- 2) — a soma de conhecimentos do fenômeno colonizatório de uma empresa particular.

O diretor presidente da Sinop S/A., citou, na sua palestra, uma idéia do marechal Cândido Rondon, de que os 54% do Território Nacional, que formam a Amazônia Legal, seriam "fortemente populacionados pelos excessos dos contingentes humanos vindo do Brasil meridional". Admitiu, na sua palestra, que os brasileiros da parte meridional do País "estão sendo empurrados pelos problemas dos minifúndios e dos cada vez mais crescentes e altos preços das terras do Sul. Os caminhos estão apontando para a Amazônia", disse Ênio Pipino.

LAVRADOR

O diretor presidente da Colonizadora defendeu, em Porto Alegre, a tese de que uma das principais razões do sucesso de um plano de colonização está no lavrador. "A agricultura fixa o homem à terra. Se ele tiver sucesso, na sua empreitada agrícola, tudo o mais estará certo".

Ênio Pipino frisou que, no Mato Grosso Norte, na "Amazônia Legal", "a realidade que encontramos foi impressionante. Árvores desconhecidas, rios caudalosos e perenes. Lactosolo, que pode ser corrigido com calcário, precipitação pluviométrica de 2.044 milímetros em média, insolação ponderável. Resultados: café produzindo aos dois anos e meio, livre de geadas, fato que não encontramos nem mesmo no Norte do Paraná; trigo, soja, milho, feijão, cana-de-açúcar com rentabilidade impressionantes. Sabíamos, porém, que os lavradores do Sul teriam que se adaptar à terra nova, cheia de surpresas e até excêntricas. Sabíamos, ainda e como colonizadores, que o possível êxito de nossos empreendimentos estaria no sucesso do lavrador. Nas colheitas que fossem o fruto de sua coragem anônima.

No trabalho secundado pelo amparo de uma experiência agrícola vitoriosa de parte de nossa Colonizadora. Fizemos, como um dos primeiros passos, experiências em "viveiros" para conhecer as realidades e os problemas agrícolas da terra nova. Toda essa experiência e mudas, agora através de uma verdadeira Estação Experimental Agrícola, estão sendo cedidas aos integrantes da Cooperativa Agrícola Mista "Celeste" Ltda., que fundamos. Os resultados têm sido altamente animadores. Há 4 milhões de cafeeiros em faixa de produção. Este ano, com financiamento do IBC, estamos distribuindo 7 milhões de mudas de café; 150 mil de guaraná, pimenta do reino e de tantos outros produtos agrícolas, havendo uma perspectiva de produção econômica financeira, para o exercício de 1978, de 98 milhões de cruzeiros, contra um virtual zero nessa região de 200 mil alqueires, há cinco anos, quando, sobrevoando, vadeando rios, abrindo picadas, iniciamos nossa presença nessa parte amazônica".

Dentro dessa superdependência que vivemos do petróleo, que estimula inflação e desequilibra nossa balança comercial — prosseguir

Enio Pipino — começamos, em fins de 75, planos para uma destilaria de mandioca. Essa raiz, na Gleba "Celeste", tem uma produtividade superior a três vezes a média brasileira. Levantamos o "know-how" industrial do aproveitamento da mandioca, em vários pontos do Brasil e resolvemos no plano internacional, há dois anos passados, somar com uma empresa alemã, constituída há 204 anos e especializada em destilaria. Trouxemos os alemães para a Amazônia. Arrancaram, com suas próprias mãos, a nossa mandioca bem cabocla. Levaram para seus laboratórios e mandaram amostras para institutos especializados em Copenhagem, e, também, para Berlim. Ficaram surpreendidos com a capacidade industrial da mandioca. Voltaram entusiasmados e pediram para compor conosco nessa sociedade que formamos com 2.800 lavradores da Cooperativa Agrícola Mista "Celeste" Ltda. Em síntese: conseguimos fazer, há dois anos passados, o que muitos empresários brasileiros foram tentar realizar, na semana passada, integrando a comitiva do Presidente Ernesto Geisel, na Alemanha.

Obtivemos — prosseguiu Enio Pipino — autorização da Comissão Nacional do Alcool para construir uma destilaria, que deverá produzir 150 mil litros de álcool carburante por dia e que poderá ser ampliada até atingir, nos 5 anos subseqüentes, um milhão de litros de álcool por dia. Estamos começando a plantar 6 mil alqueires de mandioca, nessa parte do Mato Grosso Norte, num processo agroquímico que, sobre ser um novo estágio de fixação econômica e social, deverá revolucionar, até mesmo, a própria questão de fretes de combustível nas imensidões do Interior brasileiro. Devo lembrar, ainda, que estamos situados na BR-163 (as três cidades que formamos — Sinop, Vera, Santa Carmem, significando população de quase 40 mil almas), 500 km acima de Cuiabá e pouco mais de 700 quilômetros até Santarém, porto fluvial do Grande Rio.

Santarém, devo lembrar, representa, em relação aos portos europeus e americanos, nada menos do que 2.700 milhas marítimas a menos de distância comparativamente aos portos do Sul do Brasil. Ora — continuou Enio Pipino — a BR-163, cujos trabalhos de asfaltamento deverão ser iniciados neste ano, tem, na malha rodoviária brasileira, a característica de ser a obra viária de apoio ao chamado o "Grande Corredor de Produção" do Interior do Brasil.

OCUPAÇÃO

Disse Enio Pipino: "A Nação Brasileira, tem, neste hoje, uma encruzilhada de destinos. Ou ocupamos, nós mesmos, a Amazônia, ou ficaremos à margem da História humana. Ou fazemos a "grande caminhada", de todos os quadrantes do Brasil, para ocupar os 54% de nosso território, ou as novas gerações de brasileiros nos apontarão como alienados e indiferentes à grandeza de nosso amanhã".

E, finalizando, sublinhou o presidente da Colonizadora Sinop S/A., perante a assistência na Capital gaúcha: "O Rio Grande do Sul, quicá o mais brasileiro de nossos Estados, nas suas lutas em campo aberto e de coragem, para defender os marcos lindeiros da Pátria comum, tem um compromisso com a Amazônia".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 1978.

O LENTO E GRADUAL PROCESSO DE DESVITALIZAÇÃO DO BARNABÉ

Os insondáveis critérios da pública administração fizeram mais uma vez o alargamento da defasagem entre os ganhos de barnabés estaduais e os do município de Curitiba. Como se sabe, já em dezembro, os funcionários municipais obtinham um aumento superior a 42%. Pois agora, depois de uma demora novelesca com o fim característico esperado (a montanha parindo um rato), deu-se 38 por cento de reajuste aos funcionários. Como a maioria dos quase 80 mil servidores reside em Curitiba ou região metropolitana, a diferença de "status" entre municipal e estadual passa a ser um desafiante mistério para sociólogos e economistas. Teriam os funcionários desses dois níveis de governo aspirações e necessidades tão diferentes? Ou a Prefeitura, por ser um módulo menor de gestão, teria mais eficiência ou ainda isso seria possível porque alguns lançamentos de impostos teriam crescido em mil por cento?

Na área estadual já não se pode disfarçar um sentimento de dis-

criminação contra o funcionário estadual como categoria. Isso não é de hoje: trata-se de um processo pouco lento e nada gradual de desvitalização do setor, condenado à apatia e que há mais de dez anos, na realidade, não recebe aumento, mas reajustes incompletos, como este concedido agora, de 38%, quando o custo de vida, segundo os próprios organismos estaduais, teria alcançado 43,3 por cento de fevereiro de 77 a fevereiro de 78, segundo o Ipardes. Prova de que foi mandado em escala nacional, às favas, o sadio princípio de considerar a taxa de produtividade que o próprio Presidente Geisel estabelecera para os trabalhadores em geral nos seus reajustes anos atrás e agora congelada.

Há, em socorro do governo, neste momento, a consideração de que ainda pouco se sabe sobre o impacto da estiagem e das quebras da produção agrícola na receita estadual. E, agindo assim, escudados no fato de que este foi o parâmetro estabelecido pelo governo federal, procuram acautelar-se de surpresas fortes no andamento da execução orçamentária. Acontece que o Paraná é o Estado brasileiro que detém maior folga de investimentos e com mais reduzida taxa de despesa de custeio. De modo geral, quem está sendo sacrificado com esta política, que vem da década de 60, é o funcionalismo com o predomínio de uma tecnoburocracia, pedante, e nem sempre eficiente como apregoa, que resolveu liquidar com o chamado servidor estatutário. Imobilizá-lo, desativá-lo, é um dos meios para alcançar decantadas metas de eficiência através de pessoal contratado sob regime da CLT, embora nem sempre tão habilidoso no manejo das coisas públicas, conquanto altamente capacitado a anunciar fundamentos: e a fraseologia em moda da gerência por objetivos e o jargão específico da área.

Aliás, aí podem ser incluídos os planejadores, responsáveis por essa montanha de papelaça em que se transformou a administração pública num festival de pranchas coloridas e que do "experto" só recebem o acompanhamento, já que, por incrível que pareça, a execução é concedida a empresas particulares, com ou sem "notória especialidade" para driblar licitações.

O funcionário público se transforma assim, dia-a-dia, num personagem trágico, abúlico, perturbado ante a dúvida de romper de vez com o serviço público e buscar oportunidades no afunilado campo da iniciativa particular, mas que trava tais impulsos para não perder o acervo que acumulou.

Nada se faz, em profundidade, para revitalizar esses recursos humanos, seja no sentido de reciclá-los tecnicamente ou de recuperá-los para um reencontro com a esperança e a segurança. Enquanto isso uma minoria de privilegiados — pertencentes a um verdadeiro estamento que se mantém em amarras sólidas ao poder — é que tem a incumbência de tomar as decisões sobre o futuro dessa massa.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS ENÉAS FARIA E RENATO BERNARDI, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1978.

"CARTA ABERTA AO POVO

Há alguns meses várias pessoas, entre elas estudantes, políticos, parlamentares, jornalistas, sociólogos, professores, advogados, religiosos e outras, passaram a receber ameaças, pressões e intimidações de uma organização clandestina que se auto denomina Comando de Caça aos Comunistas — CCC.

Há meses um estudante do Setor de Ciências Humanas — Psicologia, da Universidade Federal do Paraná, foi misteriosamente seqüestrado por elementos à paisana, que o mantiveram preso durante 48 horas e o abandonaram na cidade de Paranaguá.

NENHUMA AUTORIDADE SE RESPONSABILIZOU PELO OCORRIDO.

No início de fevereiro, um professor de Apucarana, dirigiu-se ao DOPS desta Capital para obter um atestado de antecedentes, sendo seqüestrado nas dependências daquela Delegacia, permanecendo cinco dias sob torturas e todo tipo de pressão.

NENHUMA AUTORIDADE SE RESPONSABILIZOU PELO OCORRIDO.

Nas últimas semanas, várias pessoas vinham sendo ostensivamente seguidas e suas casas vigiadas. Essa situação culminou com os seguin-

tes fatos:

1) Na sexta-feira, 17 de março de 1.978, por volta das 17,00 horas a Jornalista, Estudante e Professora Primária JURACILDA VEIGA, ao dirigir-se da Escola Cônego Camargo, no Bairro Alto à sua residência, distante poucas quadras, acompanhada de crianças escolares, foi interceptada por uma Veraneio azul escuro, ocupada por três indivíduos, dois dos quais desceram da viatura, apresentando-se como policiais, lançaram-na violentamente dentro do carro, tomando rumo ignorado. As crianças foram afastadas com violência criando uma situação de pânico, voltando atônitas à escola.

NOVAMENTE, NENHUMA AUTORIDADE SE RESPONSABILIZOU PELO SEQUESTRO.

2) Sábado, dia 18 de março, por volta das 06:00 horas da manhã, iniciou-se uma operação conjunta da Polícia Federal, que invadiu várias residências, desta vez com Mandado de Prisão e Busca e Apreensão, sendo presos:

- a) EDÉSIO FRANCO PASSOS — Advogado Trabalhista;
- b) LUIZ ALBERTO MANFREDINI — Jornalista;
- c) WALMOR MARCELINO — Jornalista;
- d) REINOLDO ATEN — Jornalista, e sua esposa SUELI ATEN — Economista;
- e) MARIA BERNADETE SÁ BRITO — Historiadora;
- f) LEO KESSEL — Professor;
- g) LÍGIA APARECIDA CANDIERI MENDONÇA — Socióloga;
- h) SÍLVIA REGINA PIRES MENDONÇA — Pedagoga e
- i) ANA MARIA LANGI.

Os mandados determinavam apreensão de materiais didáticos de duas instituições com projetos educacionais independentes, sem quaisquer relações entre si: Associação dos Estudos Educacionais — AED e Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais, ambas Sociedades Civis mantenedoras de Escola para crianças de 2 a 6 anos de idade.

— Conforme Nota Oficial expedida pela Polícia Federal as prisões se ativeram à linha pedagógica dessas Associações, consideradas contrárias à Segurança Nacional.

— Todas as casas das pessoas presas foram vasculhadas; livros e material didático foram apreendidos.

— Sob o pretexto de que as pessoas presas se encontram incomunicáveis, seus advogados estão sendo impedidos de se entrevistarem com seus constituintes, conforme assegura a lei. Por outro lado, o seqüestro da Jornalista, Estudante e Professora Primária JURACILDA VEIGA, continua envolto em mistério.

Chamamos também a atenção para o fato de que no mês de maio de 1.977, quinze estudantes foram presos pela Polícia Federal, acusados de atos subversivos, tendo sofrido torturas psicológicas e, após sua soltura, seguidos em todos os seus passos. Seus processos foram arquivados por ausência de provas. No entanto nenhum deles conseguem, até hoje obter atestados de antecedentes, emprego em qualquer instituição ou ausentar-se do País.

Em face desses fatos todos, a Comissão Regional de Justiça e Paz do Paraná, em conjunto com outras entidades profissionais, estudantes, educacionais, políticas, imbuídas das suas relevantes responsabilidades de defesa e garantias dos cidadãos, reuniu-se em Assembléia Geral realizada no dia 18/03/78, na sede da Cúria Metropolitana de Curitiba, deliberando:

- 1) Manifestar do público seu repúdio às prisões e arbitrariedades enunciadas.
- 2) Manifestar sua preocupação pelo clima de terror e insegurança imposto à população que atinge até mesmo crianças.
- 3) Manifestar sua preocupação com as conseqüências do desdobramento desses atos de violência.

EXIGIR DAS AUTORIDADES COMPETENTES:

- 1) A imediata libertação das pessoas presas.
- 2) O esclarecimento e a punição dos responsáveis pelo seqüestro da Jornalista Juracilda Veiga, repetição de atos anteriores semelhantes.

3) Apuração dos atos ilegais e ameaçadores do clandestino Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

4) O respeito pelo poder público das garantias individuais e coletivas fundamentais,

A Comissão Regional de Justiça e Paz juntamente com as entidades representativas abaixo assinadas, permanecerá em Assembléia Permanente, até o cumprimento das deliberações tomadas por unanimidade.

Curitiba, 18 de março de 1.978.

COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA E PAZ/CENTRO DE AVALIAÇÕES E PESQUISAS EDUCACIONAIS — CEPAED/MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS EDUCACIONAIS — AED/OFICINA/DIRETÓRIO REGIONAL DO MDB/ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ/SINDICATO DOS JORNALISTAS DO PARANÁ/ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS CATÓLICAS/CNBB:REGIONAL SUL — 2/ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DA ESCOLA CÔNEGO CAMARGO/SOCIEDADE PARANAENSE DE SOCIÓLOGOS/ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS (UFP)/DIRETÓRIO ACADÊMICO ROCHA POMBO — UFP/DIRETÓRIO ACADÊMICO ANÍSIO TEIXEIRA — UFP/DIRETÓRIO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS — UFP/CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS — UFP/CENTRO DE ESTUDOS DE GEOLOGIA — UFP/ NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA CATÓLICA/FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE CURITIBA/ COLÉGIO MEDIANEIRA/COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES/ COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA/ SETOR JOVEM DO DIRETÓRIO NACIONAL DO MDB/COLÉGIO MADALENA SOFIA/COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS/COLÉGIO CÔNEGO CAMARGO/COLÉGIO DIVINA PROVIDÊNCIA/COLÉGIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO/COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS/ COLÉGIO SÃO JOSÉ/COLÉGIO SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS/COLÉGIO MADRE ANANOLIA/ESCOLA TÉCNICA DE ENFERMAGEM CATARINA LABORE/INSTITUTO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA/INSTITUTO SÃO JOSÉ DE ABRANCHES.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às quinze horas, reuniram-se na Sala das Comissões, os membros designados para comporem a Comissão de Redação, com o fim específico de sua instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo senhor deputado LINEU MANSANI TURRA, e contando com as presenças dos senhores deputados AUGUSTO CARNEIRO, WERNER WANDERER, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e EZEQUIAS LOSSO, representantes da Aliança Renovadora Nacional — ARENA, OSVALDO EVANGELISTA MACEDO, JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL, representantes do Movimento Democrático Brasileiro — MDB. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão de Redação, anunciando em seguida a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da citada Comissão. Procedido o sufrágio constatou-se a maioria de votos aos deputados Augusto Carneiro e Lineu Mansani Turra, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para qual fora reeleito o deputado Augusto Carneiro agradece a confiança nele depositada e promete tudo fazer para dignificar e honrar os trabalhos de tão importante órgão técnico. O Senhor Presidente após determinar de que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas na existência de matéria de sua competência, encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ATA, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU MANSANI TURRA — Vice-Presidente

Luiz A. Oliveira, Ezequias Losso, Werner Wanderer, José Antônio Del Ciel, e Osvaldo Macedo. Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, com a presença dos senhores deputados, Lázaro Dumont, Alfredo Gulin, Wilson Fortes, Luiz Alberto de Oliveira, Ernesto Dal'Oglio, Edilson Alencar e Hélio Manfrinato, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental de acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno o Senhor Deputado Ernesto Dal'Oglio. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos senhores deputados Lázaro Dumont e Ernesto Dal'Oglio, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi reeleito, o senhor deputado Lázaro Dumont agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O senhor Presidente após determinar que as reuniões serão realizadas de acordo com a necessidade da matéria, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

(aa) LÁZARO DUMONT — Presidente
Marlene Couto de Cristo — Secretária

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
OITAVA LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO DA "COMISSÃO DE ORÇAMENTO"

Aos catorze dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas, na Sala de Reuniões, instalou-se a COMISSÃO DE ORÇAMENTO. Verificada a existência de "quorum", os trabalhos foram abertos pelo Deputado Domício Scaramella, de acordo com o que determina o Art. 40 do Regimento Interno. Feita a chamada, foi constatada a presença dos seguintes Senhores Deputados: JORGE SATO, FUAD NACLI, DENI SCHWARTZ e ANTÔNIO FACCI. A seguir, o Deputado Domício Scaramella falou da necessidade de se processarem as eleições para a Presidência e Vice-Presidência da referida Comissão, deixando livre a palavra para as indicações. Fazendo uso da mesma, o Deputado Jorge Sato indica o nome do Deputado Fuad Nacli para a Presidência. A indicação foi aceita por todos os presentes. A seguir, o Deputado Antônio Facci, indica o nome do Deputado Domício Scaramella para a vice-presidência. A indicação foi igualmente aprovada por todos. Assumindo a Presidência, o Deputado Fuad Nacli agradeceu a indicação de seu nome e a confiança nele depositada para presidir tão importante Comissão, dizendo ainda, que tudo fará para bem desempenhar esta função. Prossequindo, indicou o nome da funcionária Elcy da Silva Batista, para desempenhar as funções de Secretária da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes e por mim Secretária.

Sala das Reuniões, em 14 de março de 1.978.

(aa) FUAD NACLI – Presidente

DOMÍCIO SCARAMELLA – Vice-Presidente

JORGE SATO

ANTÔNIO FACCI

DENI SCHWARTZ

Elcy Silva Batista – Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA – 8ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**

Aos dezesseis dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão

de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o fim de ser procedida a eleição do Presidente e do Vice-Presidente e conseqüente instalação. Presidida na forma regimental pelo senhor deputado ALFREDO GULIN, membro mais idoso dentre os senhores deputados indicados para comporem aquela comissão, estando presentes os senhores deputados: ALFREDO GULIN, FUAD NACLI, GABRIEL MANOEL e WERNER WANDERER, representantes da Aliança Renovadora Nacional, e VALTER PIETRÂNGELO, JAYME CARVALHO e DENI SCHWARTZ, representantes do Movimento Democrático Brasileiro. Havendo número legal, o senhor presidente declara instalada a Comissão, e convida os senhores membros a escolherem o Presidente e Vice-Presidente. O senhor deputado Valter Pietrângelo propõe os nomes dos senhores deputados FUAD NACLI e LINEU TURRA respectivamente para presidente e vice-presidente, posta em votação, é aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente em exercício convidou o presidente eleito a tomar posse. A seguir o senhor deputado eleito Presidente agradeceu a confiança nele depositada pelos seus pares, dizendo que tudo fará pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão. Como ninguém mais fizesse uso da palavra, ficou deliberado que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria pertinente a comissão. A seguir o Senhor Presidente convidou o funcionário senhor Roberto Diniz Satyro, para exercer as funções de secretário. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, foi pelo Presidente e demais membros assinada, assim como por mim secretário.

(aa) FUAD NACLI — Presidente
LINEU TURRA — Vice-Presidente

Alfredo Gulin
Valter Pietrângelo
Jayme Carvalho

Gabriel Manoel

Deni Schwartz

Werner Wanderer

Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas, na sala da Comissão de Tomada de Contas, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas com a presença dos seguintes senhores deputados: FRANCISCO ESCORSIN, BASÍLIO ZANUSSO FUAD NACLI e AGUINALDO PEREIRA LIMA, representantes da Aliança Renovadora Nacional e ANTÔNIO FACCI, HÉLIO MANFRINATO e NILSO SQUAREZI, representantes do Movimento Democrático Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o senhor deputado Francisco Escorsin. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Em seguida o senhor deputado Basílio Zanusso fazendo uso da palavra pela ordem indicou o nome dos senhores deputados Francisco Escorsin e Antônio Facci, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente, os quais foram eleitos por unanimidade. A seguir o senhor deputado Francisco Escorsin agradeceu a honra e a confiança com que foi distinguida pelos seus pares que o conduziram à Presidência da Comissão. O Senhor Presidente convoca nova reunião para amanhã dia vinte e um de março às dezesseis horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que vai por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1.978.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN – Presidente

ANTÔNIO FACCI – Vice-Presidente

Basilio Zanusso

Aguinaldo Pereira Lima

Hélio Manfrinato

Fuad Nacli

Nilso Squarezi

José Tavares Canto Filho — Secretário

PORTARIA:

PORTARIA Nº 94/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1976, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a pedido, a Portaria nº 08/78, de 09 de janeiro de 1.978, na parte que se refere ao funcionário adido LYRIO TONETTI, o qual foi designado para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1.978, a partir de 1º de fevereiro de 1.978;

II — revogar a pedido, a Portaria nº 09/78, na parte que se refere ao funcionário acima citado, o qual foi autorizado a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de fevereiro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:**DECRETO LEGISLATIVO Nº 120/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1976, de 14 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo nº 06/78, de 20 de janeiro de 1.978, na parte que se refere ao funcionário adido deste Poder LYRIO TONETTI, para o qual foi concedida a Função Gratificada 5-F, de Motorista de Gabinete, a partir de 1º de fevereiro de 1.978.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 121/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5, de 02 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ISRAEL DINIZ, matrícula nº 069, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 122/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1113, de 22 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de MADALENA MARIA DE LIMA, matrícula nº 266, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 123/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1068, de 20 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de PEDRO LIBERTI, matrícula nº 253, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 124/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1094, de 22 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula nº 036, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 125/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 202, de 05 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ACIR TEIXEIRA, matrícula nº 108, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, vencido em 10 de novembro de 1.974, antecipado em razão da incorporação do primeiro decênio e das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei nº 6174, a partir de 10 de fevereiro de 1.978, data em que, em razão da incorporação retro, completou vinte (20) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 126/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12041, de 1.º de dezembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ELENI SILVEIRA, matrícula nº 326, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1.975 e 1.976, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970,

com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975 e Parecer nº 5719, do Gabinete de Assistência Técnica; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao seu terceiro quinquênio compreendido entre 14 de agosto de 1.971 e 14 de agosto de 1.975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e da contagem das férias de 1.972, 1.973 e 1.974, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário